



MUNICÍPIO DE
MONTE APRAZÍVEL
TRABALHANDO PARA TODOS

ADM: 2017 - 2020

LEI COMPLEMENTAR N°. 06 de 05 DE JULHO DE 2017

Altera diversos dispositivos da Lei Complementar 01/2010 e dá outras providências.

NELSON LUIZ ARANJUES MONTORO, Prefeito Municipal de Monte Aprazível, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art.1º. Fica criado o seguinte emprego público de provimento em comissão, nos moldes abaixo discriminados:

| SITUAÇÃO ATUAL | | | NOVA SITUAÇÃO | | | REQUISITO MÍNIMO |
|---|-------|------|---|-------|-------|--|
| EMPREGO PÚBLICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO | VAGAS | REF. | EMPREGO PÚBLICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO | VAGAS | REF. | |
| | | | Assessor Municipal de Assuntos Jurídicos | 01 | 13.2. | Ensino Superior Completo em Direito, com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. |

Atribuições:

ASSESSOR MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

- I. Superintender e coordenar as atividades do Departamento Jurídico do Município;
- II. Promover gestão articulada dos assuntos jurídicos diretamente com o Prefeito Municipal;
- III. Expedir instruções jurídicas ao Departamento Jurídico do Município de alcance interno e externo;
- IV. Coordenar a posição jurídica quanto os atos de contratação que não seja por efetivação;
- V. Apresentar ao Prefeito Municipal, no início de cada exercício, relatório das atividades do ano anterior e sugerir medidas legislativas e administrativas adequadas ao seu aperfeiçoamento;
- VI. Propor a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares;
- VII. Avocar encargo de qualquer Diretor de Divisão, Chefe de Setor ou Advogado

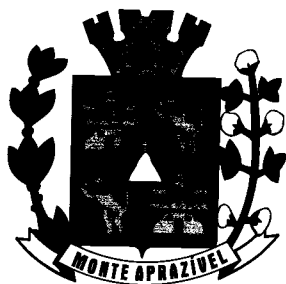


MUNICÍPIO DE **MONTE APRAZÍVEL** TRABALHANDO PARA TODOS

ADM: 2017 - 2020

- do Município, podendo atribuí-lo a outro, e articular-se com os advogados municipais para executar trabalhos específicos;
- VIII. Visar os pareceres emitidos pelos Advogados do Município;
 - IX. Propor ao Prefeito Municipal a expedição de regimento funcional de órgãos e/ou departamentos da administração direta;
 - X. Delegar atribuições a seus subordinados;
 - XI. Exercer funções de consultoria jurídica da administração direta, no plano superior, inclusive no que respeita às decisões administrativas;
 - XII. Orientar às minutas de informações a serem prestadas ao Poder Judiciário em mandados de segurança e outras ações impetradas contra atos do Prefeito Municipal e de Secretários Municipais ou autoridades do mesmo nível hierárquico;
 - XIII. Assessorar o Prefeito Municipal e os Chefes de Departamento na elaboração de projetos de leis, de decretos e de outros atos administrativos;
 - XIV. Chefiar as providências de ordem jurídica em razão do interesse público e pela aplicação das leis vigentes;
 - XV. Opinar sobre as minutas elaboradas pelos diversos setores do Município, conforme o caso, de editais de licitação, contratos, convênios, ajustes e acordos;
 - XVI. Opinar sobre consultas e encaminhamento de informações ao Tribunal de Contas do Estado de da União.
 - XVII. Coordenar e supervisionar as atividades do Departamento Jurídico, no âmbito administrativo e judicial, relativas ao acompanhamento interno e externo dos processos e expedientes, de interesse do ente municipal;
 - XVIII. Proporcionar apoio técnico-jurídico e administrativo-judiciário aos advogados municipais;
 - XIX. Coordenar a equipe jurídica, na elaboração de pareceres, manifestações, defesas, exame de contratos, documentos e instrumentos dependentes da apreciação do Setor;
 - XX. Coordenar e supervisionar as atividades do Departamento Jurídico, no âmbito administrativo e judicial, relativas ao acompanhamento interno e externo dos processos e expedientes, de interesse do ente municipal;
 - XXI. Proporcionar apoio técnico-jurídico e administrativo-judiciário aos advogados municipais;
 - XXII. Coordenar a equipe jurídica, na elaboração de pareceres, manifestações, defesas, exame de contratos, documentos e instrumentos dependentes da apreciação do Setor;

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.



MUNICÍPIO DE
MONTE APRAZÍVEL
TRABALHANDO PARA TODOS

ADM: 2017 - 2020

Art. 3ª. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições contrárias.

Monte Aprazível, 05 de julho de 2017.


NELSON LUIZ ARANJUES MONTORO
Prefeito Municipal

Projeto de Lei Complementar nº 07/2017 – Autoria Chefe do Executivo